
QUESTÃO AGRÁRIA E LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XX PARA O XXI: uma análise do território goiano

LA QUESTION AGRAIRE ET LA LUTTE POUR LA REFORME AGRAIRE AU TOURNANT DU XXE SIECLE: une analyse du territoire goiano, Bresil

Evandro César Clemente

Doutor em Geografia e Professor dos cursos de Graduação e Pós Graduação em Geografia na
Universidade Federal de Jataí – UFJ e da Pós Graduação em Geografia na UFMS-CPTL.
evandroclemente@gmail.com

Raphael Fernando Diniz

Doutor em Geografia pela FCT/UNESP e Pós-Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de
Jataí – UFJ.
rfdiniz87@gmail.com

Tatiane Rodrigues de Souza

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Jataí – UFJ.
tati87souza@gmail.com

Santiago Soares da Silva

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Jataí – UFJ.
santiagogeografia2018@gmail.com

Marcos Paulo Françozi

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Jataí – UFJ.
marcoos_k10@hotmail.com

Mainara da Costa Benincá

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Jataí – UFJ
mainaracosta@gmail.com

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar a expansão do capital no campo no estado de Goiás e a atuação dos movimentos socioterritoriais no campo sob os diferentes governos nos últimos 25 anos. Para a consecução da pesquisa foi realizada a revisão bibliográfica acerca da temática central de investigação e coleta, sistematização, espacialização e análise de dados em fontes secundárias sobre o estado de Goiás. Constatou-se que o estado vem passando por transformações profundas no território nos últimos 25 anos, em que se tem expandido a agricultura empresarial capitalista e, contraditoriamente, tem havido resistências e luta por meio da atuação de movimentos socioterritoriais. Nos anos 1990 teve início a política de fortalecimento e expansão neoliberal do capital no campo, que até meados da década de 2000 teve como contrapartida a implantação de assentamentos rurais por meio da pressão dos movimentos socioterritoriais. A partir de então, observou-se o acirramento das contradições entre a expansão capitalista e as políticas de apoio à agricultura familiar camponesa, resultando em uma considerável

redução da atuação dos movimentos socioterritoriais e na paralisação da política de distribuição fundiária, ocasionando significativos prejuízos no âmbito social, econômico e ambiental.

Palavras-chave: expansão do capital, movimentos socioterritoriais, reforma agrária, questão agrária e estrutura fundiária.

Resumé

L'objectif de ce travail est d'analyser l'expansion du capital en milieu rural dans l'état de Goiás-Brésil et l'action des mouvements socio-territoriaux sous les différents gouvernements nationaux au cours des vingt-cinq dernières années. Cette recherche a été réalisée à partir d'une étude bibliographique sur les thèmes d'investigation et la collecte, la systématisation, la spatialisation et l'analyse des données secondaires sur l'état de Goiás. On a constaté que le territoire de l'état de Goiás a subi des transformations profondes au cours des vingt-cinq dernières années, dont l'agriculture d'entreprise capitaliste s'est développée et, de manière contradictoire, il y a eu des résistances et des luttes à partir de l'action des mouvements socio-territoriaux. Dans les années 1990, on constate le démarrage de la politique néolibéral de renforcement et d'expansion du capital en milieu rural, qui jusqu'au milieu des années 2000 avait pour contrepartie l'implantation de la réforme agraire sous la pression des mouvements socio-territoriaux. Depuis lors, les contradictions entre l'expansion capitaliste et les politiques de soutien à l'agriculture paysanne se sont intensifiées, se traduisant par une réduction considérable des actions des mouvements socio-territoriaux et par la paralysie de la politique foncière, entraînant des pertes importantes dans les domaines social, économique et environnemental.

Mots-clés: expansion du capital, mouvements socio-territoriaux, réforme agraire, question foncière et structure foncière.

Introdução

O artigo foi construído a partir de esforços, pesquisas e reflexões coletivas construídas junto ao LAGET – Laboratório de Geografia e Estudos Territoriais – vinculado aos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí – UFJ.

O principal objetivo do trabalho é analisar a expansão geográfica do capital no estado de Goiás, visando compreender suas contradições iminentes, as resistências e lutas geradas no bojo deste processo, como a questão agrária e a atuação dos movimentos socioterritoriais na luta pela terra e Reforma Agrária dos anos 1995 aos dias atuais. A partir da definição deste recorte temporal e territorial, busca-se investigar como este processo gerou transformações no território goiano, comparando como esta questão foi

conduzida nas últimas décadas pelos Governos Federais, no caso: 1) Fernando Henrique Cardoso – FHC – de 1995 a 2002, momento em que houve o aprofundamento da adoção de medidas neoliberais no país, como as privatizações, desregulamentações e flexibilizações de regras visando garantir a livre circulação de capitais, adoção de subsídios oficiais e desoneração fiscal em favor de grandes empresas, além do sucateamento e transferência para a iniciativa privada de setores como educação, saúde e infraestrutura; 2) no Governo do Partido dos Trabalhadores – PT – Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, de 2003 a 2016, em que se prosseguiram as políticas neoliberais, porém, lançaram-se e fortaleceram algumas políticas públicas para a agricultura familiar camponesa; e, no período pós-Golpe, de 2016 a 2020, nos Governos de Michel Temer e no atual de Jair Bolsonaro, em que as políticas públicas para a agricultura familiar foram enfraquecidas e se paralisou por completo a política de criação de assentamentos rurais.

Como objetivos específicos propôs-se: a) Averiguar a atuação dos movimentos socioterritoriais nos três períodos distintos de Governo e a contribuição destes na luta pela terra e pela Reforma Agrária; b) Analisar a atuação dos diferentes Governos em relação às políticas para o campo; c) Compreender como se deu implementação dos assentamentos rurais em Goiás nos três períodos distintos e as possíveis transformações na propriedade da terra. Para consecução destes objetivos foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: 1) Revisão bibliográfica acerca da temática central de investigação; 2) Coleta, sistematização, espacialização e análise de dados de fonte secundária em publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, da Rede DATALUTA e da Comissão Pastoral da Terra – CPT.

O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira foi realizado um breve histórico da concentração da terra e dos conflitos fundiários em Goiás. Na segunda demonstra-se o processo de expansão do capital no campo do referido estado. Na terceira parte analisam-se os dados do Relatório DATALUTA/CPT e INCRA referentes às ocupações de terras, manifestações, atuação dos movimentos socioterritoriais e à política de criação de assentamentos rurais nos governos federais de 1995 até a atualidade. Por fim, na quarta parte busca-se efetuar uma avaliação da estrutura da propriedade da terra com base nos três últimos Censos Agropecuários do IBGE.

Resistências e conflitos fundiários em Goiás

O Brasil é um país que apresenta elevada concentração da propriedade da terra. Isto teve origem no processo de formação histórico-territorial do país, que promoveu a implantação de um padrão de exploração colonial assentado no genocídio dos povos nativos, na formação de grandes propriedades monocultoras e no uso indiscriminado do trabalho escravo.

Em Goiás, o processo de luta pela terra é tão antigo quanto a ocupação do estado, datando do período das excursões bandeirantes no século XVIII, quando os povos nativos foram expulsos de seus territórios tradicionalmente ocupados ou brutalmente assassinados, dando origem aos primeiros latifúndios (MENDONÇA, 2004). No momento em que se iniciou a ocupação do território que hoje corresponde ao estado de Goiás pelos bandeirantes, o país estava sob o regime de Sesmarias, em que as terras eram concedidas somente pela Coroa Portuguesa e para os brancos, deixando indígenas, negros e mestiços sem acesso à terra (FERREIRA; MENDES, 2009).

No século XIX, com a intensa migração de camponeses mineiros e paulistas expropriados pela expansão das lavouras cafeeiras e pela violência provocada pelos latifundiários, a luta pela terra se intensificou, reverberando nas primeiras revoltas camponesas em Goiás. Essas lutas tinham um caráter messiânico e, posteriormente, com a grilagem e privatização das terras, foram ensejadas sob forte influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a partir da criação das Ligas Camponesas. Dentre as diversas lutas contra o latifúndio e o Estado ocorridas no início do século XX em Goiás, entre o fim dos anos 1940 e meados dos anos 1960, ocorreram as duas principais: a Luta do Arrendo (1948-1952) e a Revolta Camponesa de Trombas e Formoso (1950-1964) (MENDONÇA, 2004).

Na segunda metade do século XX, a incorporação do pacote tecnológico da Revolução Verde e a execução dos programas para o “desenvolvimento” do Cerrado, que contribuíram para a tecnificação agrícola e para a expansão das monoculturas de grãos (soja, milho e sorgo), transformaram a paisagem e a economia goiana, aumentando a concentração de terras e, simultaneamente, os casos de violência contra as famílias de

camponeses-possesores, as quais tornaram-se “descartáveis” com o fim do processo de ocupação da fronteira agrícola no estado (MENDONÇA, 2004).

A expansão geográfica do capital em Goiás neste período promoveu transformações profundas no processo produtivo, tornando-o cada vez mais mercantilizado, integrado horizontal e verticalmente, cientificado e homogeneizado, o que para os camponeses significou a plena subordinação ao agronegócio por meio do trabalho nos latifúndios de pecuária e monoculturas ou a expulsão de suas terras e a consequente migração para os centros urbanos e novas áreas de fronteira agrícola ou a luta pela terra junto aos movimentos sociais (CALAÇA, 2014).

Consolidou-se uma realidade agrária profundamente marcada pela concentração fundiária, com uma estrutura produtiva fundamentada em grandes latifúndios e na apropriação (concentradora e marginalizadora) da terra pelas elites dominantes e pelas grandes empresas rurais (PESSOA, 1997; MENDONÇA, 2004).

A incorporação do pacote tecnológico da revolução verde no estado de Goiás a partir dos anos 1970 foi um processo todo comandado pelo Estado, que por meio de projetos de desenvolvimento regional, como Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER), criou as condições necessárias para a expansão da agricultura em bases empresariais capitalistas (HESPANHOL, 2000). Isto se deu por meio de crédito subsidiado e da criação de infraestrutura necessária, como a criação da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e de rodovias interligando esta área ao centro dinâmico do país.

Tendo em vista o quadro de violência e miséria vivenciado pelos camponeses no campo, setores progressistas da Igreja Católica passaram a incentivar, nos anos 1970, a organização política destes sujeitos sociais em torno do sindicalismo rural, de modo a propiciar a conscientização e politização sobre a importância de se lutar contra a concentração de terras e pela reforma agrária no estado (MENDONÇA, 2004).

À medida que os camponeses se organizavam politicamente e realizavam ações no campo com o propósito de pressionar o Estado pela desapropriação dos latifúndios improdutivos, os latifundiários passaram a intensificar os atos de violência física por meio da atuação de milícias armadas e com o apoio da União Democrática Ruralista (UDR),

entidade criada nos anos 1980 em resposta às mobilizações pela reforma agrária e com o propósito de defender os seus interesses no campo e nos espaços de decisão política. Dentre os principais alvos da violência perpetrada pelos ruralistas, destacavam-se os sindicalistas, as lideranças sociais que lutavam pela terra e membros de setores progressistas da Igreja Católica que atuavam junto aos camponeses (MENDONÇA, 2004).

Cumprido observar que além dos latifúndios, a expropriação das famílias camponesas em Goiás também ocorreu por meio da construção de hidroelétricas, as quais, ao demandarem a formação de grandes barragens para o represamento da água, acabaram inundando terras utilizadas para a reprodução social camponesa. As ações empreendidas pelas populações atingidas pelos projetos energéticos “renováveis” tiveram início no fim dos anos 1980, intensificando nos anos 1990 e 2000 com o progressivo aumento dos casos de violência decorrente da expropriação das famílias afetadas pela inundações de suas terras (MENDONÇA, 2004).

Expansão do capital no campo em Goiás no século XXI

Nas duas primeiras décadas do século XXI, o Cerrado e o campo goiano em particular, tornaram-se objeto do ávido interesse de agentes públicos e privados, nacionais e internacionais, quando foram elaboradas e executadas políticas públicas voltadas à expansão das “energias renováveis”, sobretudo os biocombustíveis produzidos a partir de *commodities* agrícolas como a soja, o milho e a cana-de-açúcar (CALAÇA, 2014; CASTILLO, 2015; OLIVEIRA *et al.*, 2018).

A partir dos anos 2000, com a crescente demanda nacional e internacional por biocombustíveis, especialmente em razão do aumento da produção e comercialização de veículos com motores *flexfuel*, da abertura do mercado chinês, da implementação do Plano Nacional de Agroenergia e do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), da ampla oferta de crédito a juros especiais e das mudanças na legislação ambiental, desregulamentando-a, ocorreu a expansão das lavouras monocultoras de soja, milho e cana-de-açúcar pelo território goiano, em especial nas Mesorregiões Geográficas Sul e Centro. Esta expansão se deu sobretudo em áreas de pastagens e, em alguns municípios, em terras cultivadas com produtos agroalimentares e soja, gerando um

rearranjo produtivo no campo goiano, o aumento do preço da terra e a disputa territorial entre os sujeitos sociais do agronegócio e destes com os da agricultura familiar camponesa (CALAÇA, 2014; CASTILLO, 2015; OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Consequentemente, a territorialização do agronegócio canavieiro no Sul e Centro goiano passou a deslocar a produção de monocultivos de grãos, sobretudo soja, para regiões predominantemente pecuárias, como a Norte e Nordeste, processo que, em comunidades camponesas, acabou resultando na subordinação de uma parcela considerável dos produtores ao agronegócio da sojicultura por meio do estímulo à produção de matéria prima para as agroindústrias (CALAÇA, 2014; SIMONETTI; CAMARGO, 2015).

A este respeito, ressalta-se que políticas como o PNPB, que estabeleceu normas voltadas ao incentivo à produção e comercialização de culturas agrícolas destinadas à produção de biocombustíveis pelos produtores familiares, sob o (pseudo) argumento da sustentabilidade e inclusão social, constituíram-se, conforme as análises de Calaça (2014), em um novo instrumento de subordinação do campesinato ao agronegócio, de desarticulação de suas lógicas de reprodução e, por conseguinte, de expropriação de suas famílias e comunidades. No caso das políticas de fomento à expansão das lavouras de cana-de-açúcar, Calaça (2014) ressalta que os camponeses goianos têm sofrido diversos tipos de pressão e impactos socioeconômicos e ambientais, o que muitas vezes afeta a qualidade de vida e trabalho no campo, promove a precarização das infraestruturas básicas de reprodução social e, por conseguinte, inviabiliza a permanência de suas famílias no meio rural, forçando-as à migração para os centros urbanos.

O resultado das lutas e reivindicações da classe dos trabalhadores foi a formação dos assentamentos rurais. No período do primeiro mandato do governo FHC, entre 1995-1998, os movimentos sociais vinculados à CPT viabilizaram a ocupação de 450 famílias no município de Crixás-GO. Em 1996, na estruturação do MST no estado de Goiás, ocorreram novas ocupações com a participação de 880 grupos familiares (ESTÁCIO, 2018). De acordo com Estácio (2018, p. 46): “Várias alianças foram feitas devido à situação de conflito e apoio do conjunto da sociedade àquelas famílias. Graças ao processo de luta e resistência, foram conquistados os assentamentos Margarida Alves, Bom Jesus e Fundão”.

Questão agrária, atuação dos movimentos socioterritoriais no campo e formação de assentamentos rurais em Goiás

No Brasil, o processo de ocupação e formação territorial do espaço agrário tem como característica fundamental a conflitualidade e a violência contra os grupos que antagonizam com os agentes hegemônicos do capital e com o Estado, a saber: indígenas, negros e camponeses, os quais resistem por séculos à ordem vigente e lutam pela liberdade, direitos, democratização do acesso à terra e construção de um modelo alternativo de desenvolvimento (FERNANDES, 2009a, FELICIANO, 2016). Contribui para agravar esse quadro a inexistência de uma política de reforma agrária pela União e a persistência da concentração de terras por latifundiários e grandes empresas, que há tempos têm engendrado diversos conflitos sociais marcados pela violência e expropriação dos grupos sociais que fazem do campo seu lugar de morada e trabalho (FERNANDES, 2009a, 2009b).

Por consequência, o uso e a funcionalidade da propriedade privada da terra pelos latifundiários e grandes empresas estabelece a tendência concentradora da estrutura fundiária brasileira, a extração e depredação dos recursos naturais e a exploração do trabalho, o que torna a questão agrária um dos mais importantes e negligenciados problemas políticos do país (FERNANDES, 2009b; FELICIANO, 2016).

Em decorrência da concentração de terras, os conflitos agrários se tornaram frequentes na história do país, envolvendo camponeses, latifundiários, grileiros e grandes empresas, resultando, muitas vezes, em massacres sangrentos, como em Corumbiara-RO (1995), Eldorado dos Carajás-PA (1996) e Felisburgo-MG (2004). A luta pelo direito à terra permanece e muitos grupos sociais se organizam em ações de resistência e luta articuladas e apoiadas por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina, entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), dentre outras (ESTÁCIO, 2018).

O conceito de movimento socioterritorial foi elaborado pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes e se refere aos movimentos sociais que têm como objetivo conquistar e/ou manter o controle sobre o território em que se reproduzem socialmente, onde

estabelecem moradia e trabalho. Assim, lutam para obter o controle dos processos de trabalho e geração de riqueza no território (FERNANDES, 2005). Conforme o autor:

(...) Para todos os movimentos o espaço é essencial. É evidente que não existem movimentos sociais sem espaço. Todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mas nem todos os movimentos têm o território como trunfo. Existem movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais no campo, na cidade e na floresta. (FERNANDES, 2005, p. 31).

Apesar da expansão geográfica do capital ocorrer de forma contraditória, desigual e combinada, esta tem encontrado movimentos de resistência, que mesmo sendo diferentes, organizados ou não, procuram se contrapor a este processo, como no caso dos camponeses, indígenas, remanescentes de quilombos, dentre outros. A expansão do capital em Goiás a partir dos anos 1970 teve início na sua porção Centro Sul e ensejou a expropriação dos camponeses e a desarticulação dos seus modos de vida e de trabalho nesta parte do cerrado goiano. Além disso, fortaleceu a disseminação do trabalho assalariado no campo, o que culminou no enfraquecimento de outras formas de produção e de relações de trabalho até então existentes, como a parceria, meação, dentre outros. A expansão das relações capitalistas de produção nas últimas cinco décadas no campo goiano desencadeou tensões e conflitos em praticamente todo o estado e que perduram até hoje, mesmo estes apresentando variação de intensidade ao longo do tempo e do espaço em Goiás.

Cumprido ressaltar que a emergência dos movimentos socioterritoriais no campo a partir dos anos 1980 ocorreu no país todo e deveu-se também ao crescente aumento das mobilizações das forças populares contra a Ditadura Civil Militar, que com o processo de redemocratização possibilitou o surgimento e o fortalecimento destes. O maior exemplo é o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), surgido em meados dos anos 1980 na região meridional do país.

Conforme se pode observar na Tabela 01, a maior parte das ocupações de terras registradas no estado de Goiás, 33,88% ou 144, foram organizadas pelo MST, que constitui-se no movimento mais atuante no estado. Em seguida, vem as ocupações de terras realizadas sem apresentar e/ou não informar vinculação formal com sindicato ou movimento socioterritorial, que no caso perfizeram 123 ocupações, representando 28,94% do total. O sindicato CONTAG/FETRAF também obteve destaque, ao organizar

61 (14,35%) ocupações em Goiás no período. Outro movimento socioterritorial com destaque foi o Terra Livre, com 78 ocupações registradas ou 18,35%. As demais ocupações foram efetuadas por outros movimentos socioterritoriais, inclusive tendo sete ocupações feitas por população indígena.

Tabela 01 - Quantidade de ocupações de terras por movimentos socioterritoriais no estado de Goiás (1988 – 2015)

Movimentos	Ocupações	%
MST	144	33,88
Não identificado	123	28,94
Sindical (CONTAG/FETRAF)	61	14,35
Terra Livre	78	18,35
FNL	5	1,17
MLST	4	0,94
LCP	2	0,47
Movimentos Indígenas	7	1,64
MVTC	1	0,23
Total	425	100

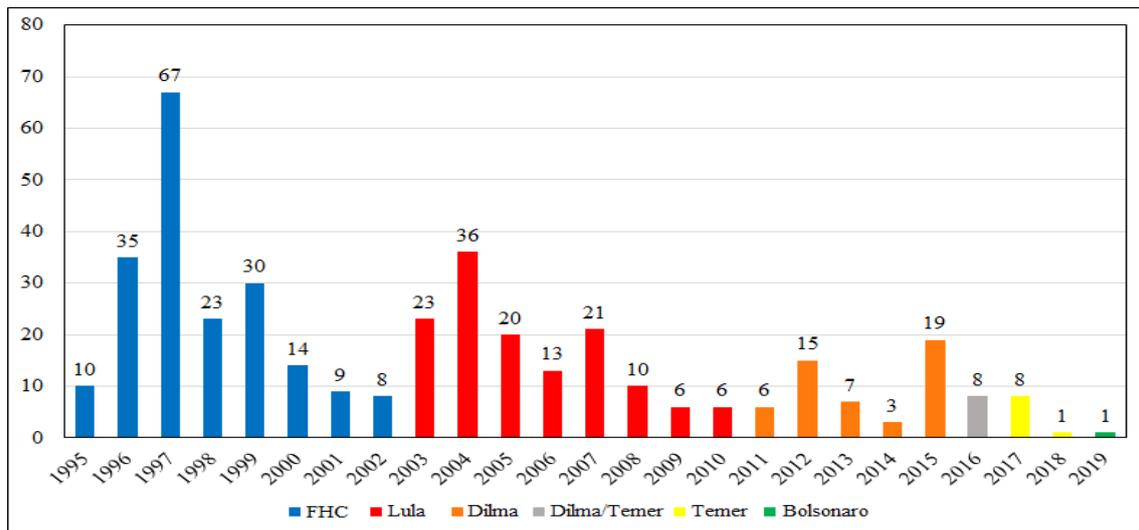
Fonte: Relatório CPT/DATALUTA, 2017.

No Gráfico 01 pode-se observar que a maior intensidade das ocupações de terra pelos movimentos socioterritoriais ocorreu no final do primeiro e início do segundo mandato do Governo FHC. Infere-se que isso se deve ao choque das medidas neoliberais adotadas, como as privatizações e abertura comercial externa, que contribuíram para a expansão do grande capital e, simultaneamente, promoveram o aumento do desemprego e da pobreza. Com isso, contraditoriamente, aumentou a pressão dos movimentos socioterritoriais no país e no estado de Goiás. Segundo Sauer; Meszaros (2017), as políticas agrícolas do governo FHC (1995-2002) foram marcadas pela liberalização comercial, desregulamentação dos mercados e desmantelamento dos instrumentos de política agrícola, como a redução do crédito agrícola.

As lutas e pressões do MST com as ocupações de terras, acampamentos e protestos com a ocupação de prédios públicos constituíram formas de resistência que forçaram o governo FHC a encaminhar políticas voltadas para a implantação de assentamentos rurais, tratando a reforma agrária como uma política compensatória ao modelo conservador de “modernização” da agricultura, ou seja, buscando apenas atenuar os problemas agrários

e não a desconcentração da estrutura fundiária do país (FERNANDES, 2009a; ESQUERDO; BERGAMASCO, 2013; FERNANDES *et al.*, 2017). Embora a questão fundiária não tenha sido resolvida e tratada como prioridade neste período, a criação de assentamentos no primeiro mandato significou uma conquista em relação aos governos anteriores (COELHO, 2016).

Gráfico 01 - Ocupações de terras no estado de Goiás no período de 1995 a 2019



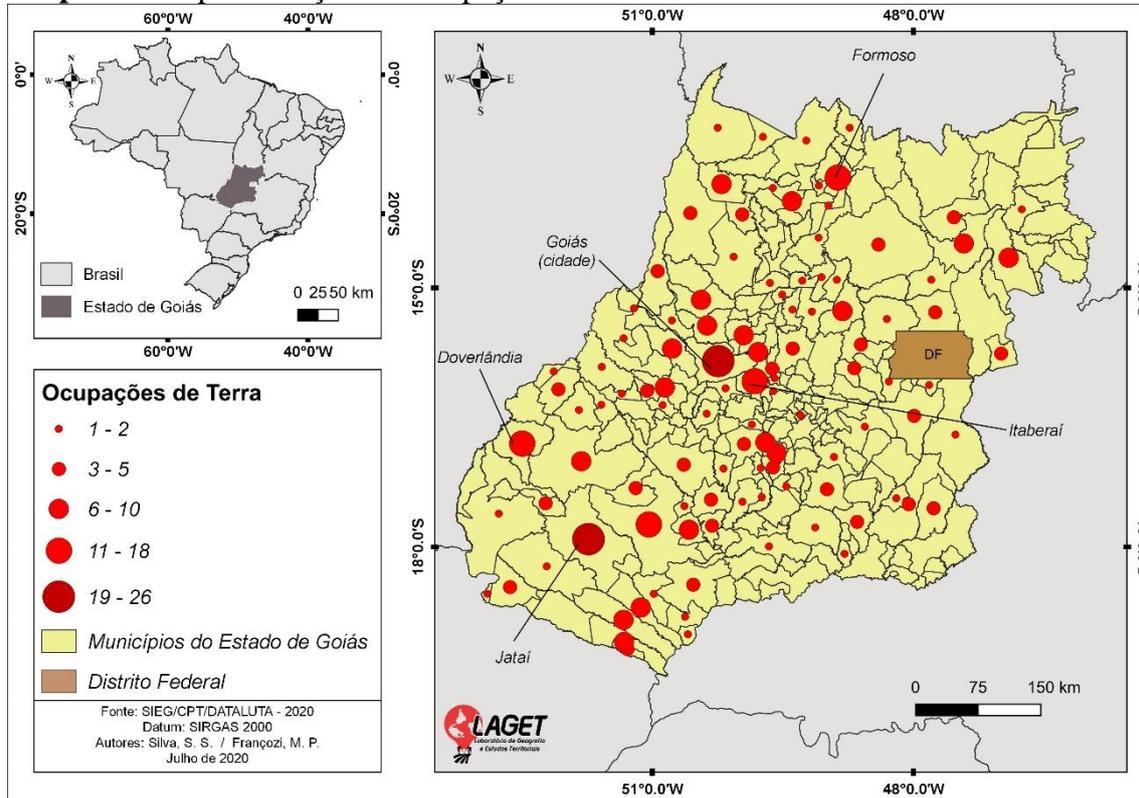
Fonte: DATALUTA/CPT. Org. FRANÇOZI, M. P. (2020).

Oliveira (2007) identifica que, em resposta à pressão social, o governo FHC consolidou de forma substantiva a criação de assentamentos rurais entre 1995 e 2000. A partir das políticas de assentamentos e de crédito fundiário, cerca de 525 mil famílias foram beneficiadas, a mais ampla política fundiária realizada no país, sem, contudo, enfrentar o histórico problema da questão agrária (FERNANDES, 2009a, 2009b). A região amazônica apresentou o maior percentual, 62%, seguida pela Nordeste, 22%, Centro-Sudeste, 10%, e Sul 6%. Oliveira (2007) destaca, a partir da análise de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que, em números absolutos, o Centro-Sudeste teve 51.159 famílias envolvidas, destas 13.457 em Goiás, distribuídas em uma área de 524.705 km², perfazendo 174 projetos de assentamentos no estado.

Entre os destaques do primeiro mandato do governo FHC foi o discurso que se conseguiria resolver os conflitos de terra com a ampliação de assentamentos, enquanto que na sua reeleição em 1998, ficou evidente a política de mercado pautada nos interesses

dos latifundiários e de produção subsidiada pelo Banco Mundial, que viabilizou a expansão da cadeia produtiva do agronegócio (COELHO, 2016).

Mapa 01 – Espacialização das ocupações de terra no estado de Goiás entre 1995 - 2019



Fonte: SIEG/CPT/DATALUTA, 2020. Org. SILVA, S. S; FRANÇOZI, M. P, (2020).

Num primeiro momento, a resposta do Governo FHC foi promover o assentamento de famílias sem-terra até 1998. A partir de então verificou-se uma redução significativa na implementação de assentamentos e a orientação tomada pelo então Governo na época foi endurecer a repressão policial aos movimentos socioterritoriais no campo (OLIVEIRA, 2007).

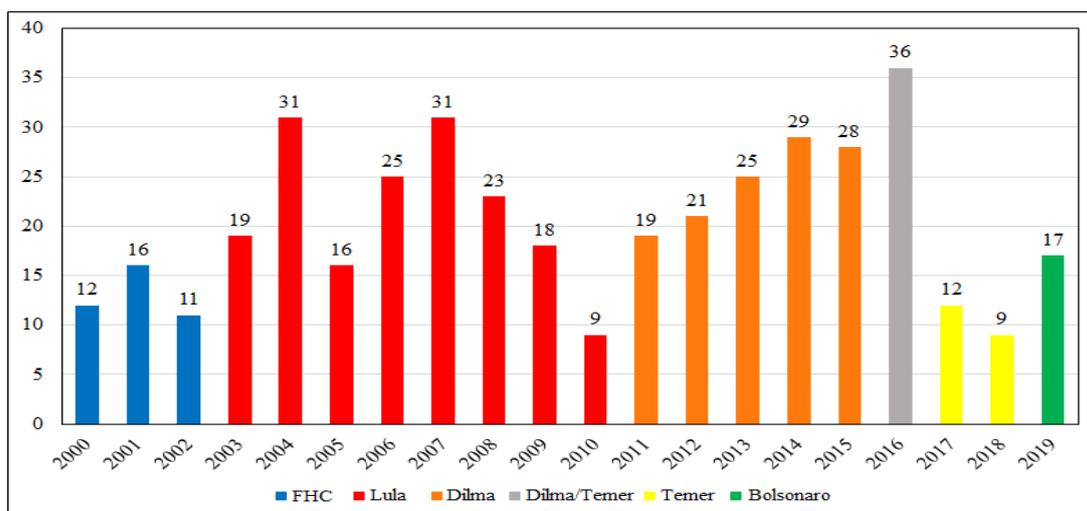
Entretanto, a resposta do governo Fernando Henrique a este aumento dos conflitos, foi o aumento da repressão policial. Este governo entrou para a História, marcado por um tipo de violência que não havia acontecido de forma explícita no Brasil: quem passou a matar os camponeses em luta pela terra, foram as forças policiais dos Estados. O massacre de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás são os exemplos ocorridos no governo FHC. Estes dois massacres representavam a posição das elites latifundiárias brasileiras em não ceder um milímetro sequer em relação à questão da terra e da reforma agrária. O apoio dos ruralistas à base de sustentação política do governo FHC, tem tido como contrapartida duas práticas políticas pelo governo: a primeira, posição repressiva aos movimentos sociais e a segunda, no plano econômico,

prorrogando não se sabe até quando, as dívidas destes latifundiários que não às pagam. (OLIVEIRA, 2007, p. 141-142).

Essa redução das ocupações de terra no plano nacional também foi verificada na escala do estado de Goiás, que conforme se observa no Mapa 01, registrou um pico de 67 ocupações no ano de 1997, decaindo a partir de então e chegando até apenas oito ocupações no ano de 2002, último ano do segundo mandato do Governo FHC. No Mapa 01, por sua vez, é possível observar que as ocupações de terras ocorreram em praticamente todo o estado de Goiás nas últimas três décadas. Não obstante, há maiores concentrações geográficas no Sudoeste, no Centro e no Noroeste do estado.

As manifestações dos movimentos socioterritoriais em Goiás cresceram durante os Governos dos Presidentes Lula e Dilma Rousseff em relação ao Governo FHC, conforme se observa no Gráfico 02. Porém, ao final do Governo Lula no ano de 2010 houve uma queda significativa das manifestações, que chegaram a apenas nove. Infere-se que esta queda deveu-se ao bom momento vivido na economia do país à época, com elevado crescimento econômico, geração de empregos e elevação do valor do salário mínimo, contribuindo assim para esvaziar os movimentos sociais. Situação semelhante pode ser observada também no Gráfico 01 com as ocupações de terras, que também diminuíram no período mencionado.

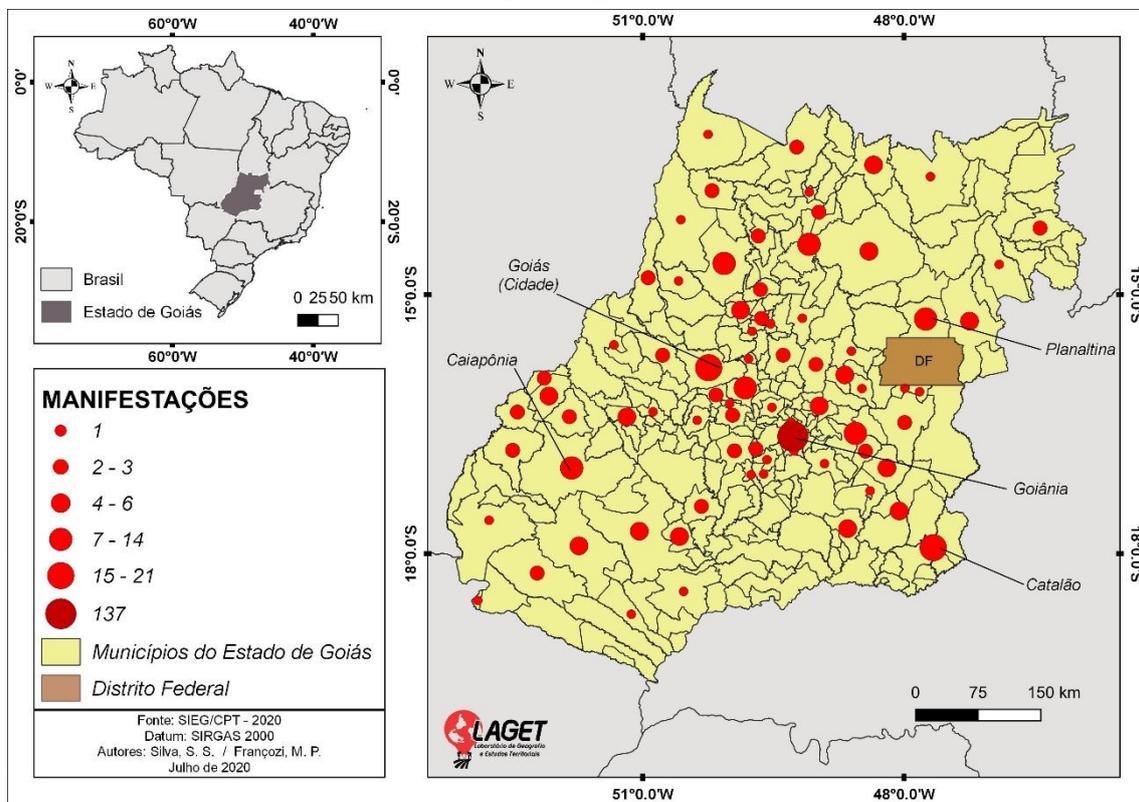
Gráfico 02 – Manifestações no estado de Goiás de 2000 a 2019



Fonte: Relatório DATALUTA/CPT. Org. FRANÇOZI, M. P. (2020).

Da mesma forma que as ocupações de terras, as manifestações dos movimentos socioterritoriais também estão presentes em praticamente todo o estado de Goiás. Conforme se observa no Mapa 02, ocorreu maior concentração destas nas porções sudoeste, sudeste, centro e norte do estado. Isso se explica pelo fato de que estas, em geral, ocorrem nas principais cidades. Neste sentido, há destaque nestas localidades para as principais cidades aí situadas, como Goiânia, Catalão, Planaltina, cidade de Goiás e Caiapônia.

Mapa 02 – Mapa com a distribuição espacial das manifestações no estado de Goiás – 2000 a 2019



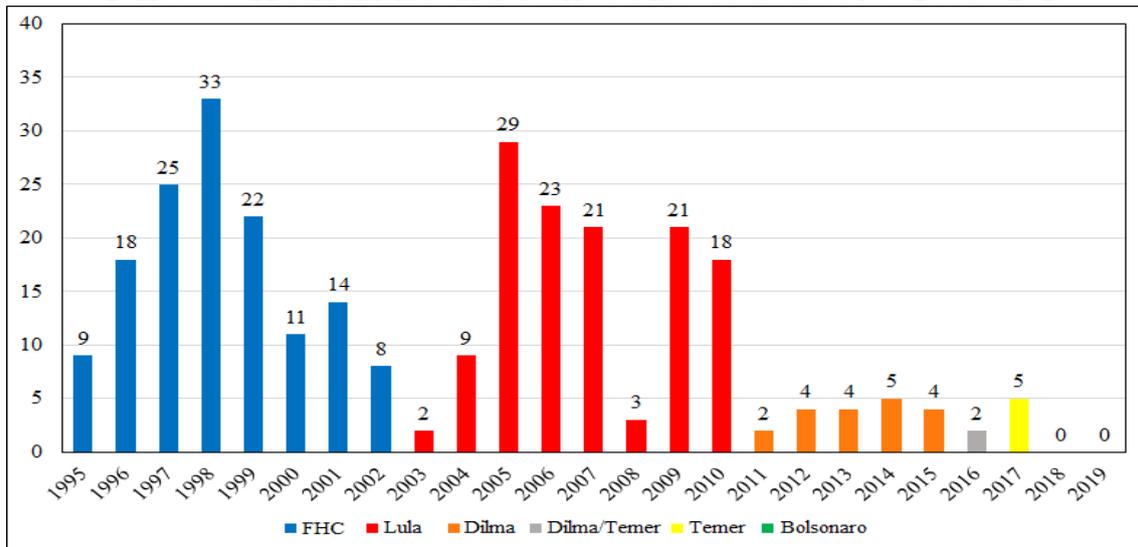
Fonte: SIEG/CPT/DATALUTA, 2020. Org. SILVA, S. S; FRANÇOZI, M. P, (2020).

Os projetos de assentamentos criados na política agrária do governo FHC tornaram-se significativos em comparação aos governos anteriores, entretanto, a abertura econômica e as políticas implementadas com base no modelo de produção voltado à exportação favoreceram a expansão agrícola no viés mercadológico, pautado nos interesses dos latifundiários e negligenciando os movimentos sociais (COELHO, 2016). Ademais, em seu segundo mandato foi colocada em prática uma política agrária

extremamente repressora e alinhada aos interesses do mercado, a partir da qual a luta pela terra foi criminalizada por meio de medida provisória (MP nº 2109-52/2001) – “judicialização da luta pela reforma agrária” – e se intensificou a mercantilização da terra (FERNANDES *et al.*, 2003; FERNANDES, 2009b). Assim, entre 1999 e 2002, os movimentos sociais no campo vivenciaram expressivos retrocessos na luta pela terra, diminuindo as ocupações e o número de assentamentos implantados (FERNANDES, 2009b; FERNANDES *et al.*, 2017).

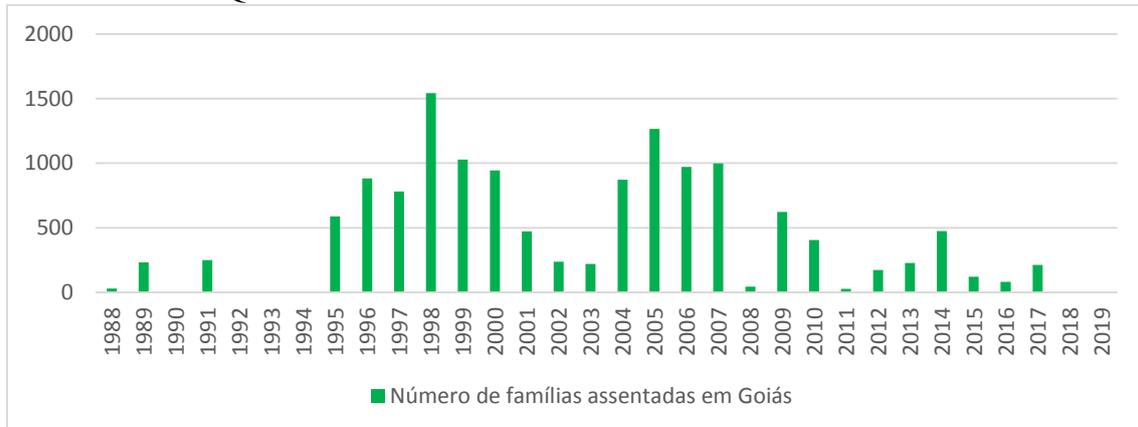
Tal situação pode ser visualizada no estado de Goiás, onde houve redução das ocupações e também na criação de assentamentos rurais. As ocupações de terra caíram de 30 ocorrências em 1999 para apenas 8 em 2002. Como reflexo direto disso, conforme se observa no Gráfico 03, a criação de assentamentos rurais diminuiu gradativamente a partir de 1998, momento em que foram criados 33 assentamentos rurais no estado, sendo que até 2002 se criou somente oito. Seguindo esta tendência de queda, no Gráfico 04 os dados ratificam a tendência de diminuição na realização de assentamentos rurais, apresentando também a queda do número de famílias assentadas, que em 1998 chegou a 1.542 famílias assentadas, decaindo para apenas 236 em 2002.

Gráfico 03 - Assentamentos Rurais criados no estado de Goiás -1995 a 2019



Fonte: Relatório DATALUTA/CPT. Org. FRANÇOZI, M. P, (2020).

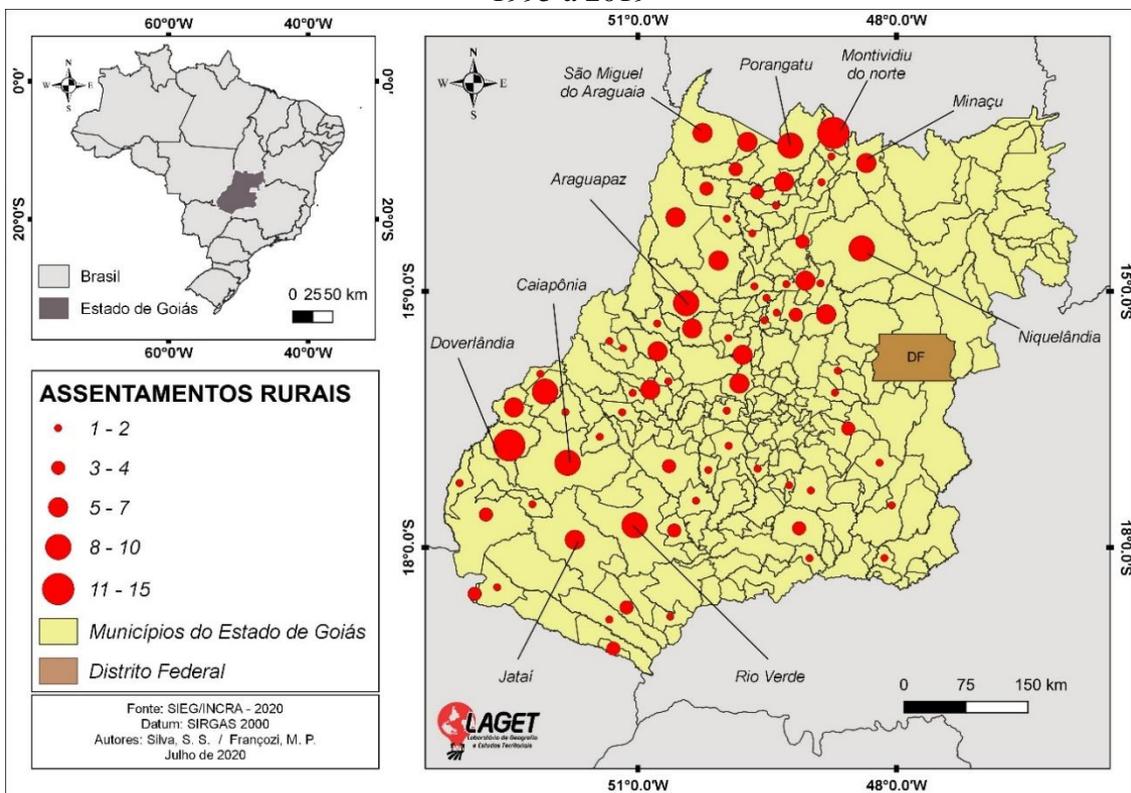
Gráfico 04 – Quantidade de famílias assentadas no estado de Goiás – 1998 a 2019



Fonte: INCRA. Org. FRANÇOZI, M. P, (2020).

No Mapa 03 observa-se a distribuição espacial dos assentamentos rurais criados no estado de Goiás do ano de 1995 até a atualidade. Verifica-se que há ocorrências da criação destes em quase todo o estado à exceção da região nordeste, porém, há maiores concentrações nas regiões sudoeste, centro-oeste e noroeste.

Mapa 03 - Distribuição espacial dos assentamentos rurais criados no estado de Goiás – 1995 a 2019



Fonte: SIEG/CPT/DATALUTA, 2020. Org. SILVA, S. S; FRANÇOZI, M. P, (2020).

Cumprir observar, no entanto, que embora o maior número de assentamentos rurais da história do país tenha sido criado nos dois governos FHC, muitos destes foram implantados em condições bastante precárias, sem infraestrutura básica, sem acesso ao crédito agrícola e de investimento, o que levou muitas famílias a abandonar ou vender os lotes. Houve também a “clonagem” de assentamentos criados em governos anteriores ou criados por governos estaduais e registrados como tendo sido implantados no segundo governo FHC. Também cresceu, simultaneamente, a quantidade de famílias acampadas no país e foram perdidos mais de dois milhões de postos de trabalho no campo. Além disso, diminuiu o número de estabelecimentos agropecuários, sobretudo os pequenos com até 10 hectares (FERNANDES, 2009b; ESQUERDO; BERGAMASCO, 2013).

Importante mencionar que no governo FHC a implantação de assentamentos foi realizada de forma a não criar tensões com os ruralistas, uma de suas principais bases de apoio no cenário político à época. Foi adotada uma política visando atenuar os conflitos por terra de forma localizada, assentando, em parte, famílias que ocupavam terras nas regiões Centro-Sul e Nordeste, enquanto que na região amazônica foram criados assentamentos por meio da regularização das áreas então ocupadas (FERNANDES, 2009a). Ou seja, constituiu-se enquanto uma política implementada, predominantemente, por meio da compra de terras e da regularização fundiária, em detrimento da desapropriação de latifúndios improdutivos (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2013).

Em 2003 houve a chegada ao poder do Presidente Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores - PT. À época, este fato representou grande esperança para os movimentos socioterritoriais, gerando forte expectativa para a realização de uma política de assentamentos rurais em maior quantidade que a realizada durante o Governo FHC. Nos primeiros anos do governo Lula foram instituídas políticas públicas visando atender os assentamentos mais precarizados, prestar assistência técnica aos agricultores assentados, promover a educação do campo e a formação profissional dos assentados com projetos de alfabetização, escolarização e acesso à universidade e, sobretudo, foi iniciada a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA – (FERNANDES, 2009b).

No entanto, em um governo formado por uma frente política ampla, heterogênea e eivada de contradições, incluindo desde o operariado urbano, o campesinato até a burguesia industrial e agrária (BOITO JR.; BERRINGER, 2013), os representantes das

forças conservadoras, com destaque para os latifundiários, assumiram o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e deram continuidade ao modelo de desenvolvimento agropecuário implementado desde os anos 1960 no país (FERNANDES, 2009b). Constituindo-se ainda enquanto força hegemônica no cenário político e econômico nacional, os ruralistas mantiveram suas ações contrárias às ocupações de terras e às iniciativas de desapropriação do governo federal, organizando ações de ameaça e ataques aos trabalhadores rurais sem-terra, o que resultou, muitas vezes, na ampliação dos conflitos envolvendo camponeses e populações tradicionais e no aumento do número de assassinatos no campo (FERNANDES, 2009b; SIMONETTI; CAMARGO, 2015).

Em 2003 o então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apresentou o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), no qual a reforma agrária foi concebida como uma política de desenvolvimento territorial, mas também vinculada ao crédito fundiário para a compra de terras, ou seja, uma continuidade da política de “reforma agrária de mercado” do governo FHC, com o propósito de realizar até 2006 o maior plano de criação de assentamentos rurais da história do país, com uma meta de atender a um total de 400 mil famílias por meio da desapropriação de terras e 130 mil por meio da política de crédito fundiário (FERNANDES, 2009a, 2009b; ESQUERDO; BERGAMASCO, 2013).

No entanto, assim como FHC, o governo Lula colocou em prática uma política de reforma agrária de natureza compensatória, tratada como uma política social, de distribuição de riqueza, enquanto um instrumento destinado a ajudar os sem-terra e não como um projeto de desapropriação e desconcentração da estrutura fundiária brasileira (FERNANDES, 2012; FERNANDES *et al.*, 2017). Ademais, evitando entrar em conflito com os ruralistas, as ações voltadas à realização da reforma agrária basearam-se, conforme Oliveira (2011, p. 4), em dois princípios: “não fazê-la nas áreas de domínio do agribusiness e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa ‘ajudar’ o agribusiness”.

Desta forma, as intenções e metas do II PNRA não foram consolidadas e a reforma agrária pouco avançou no primeiro governo Lula. Entre 2003 e 2006, por exemplo, sua política atingiu apenas 37% da meta de famílias a serem assentadas, ou seja, cerca de 150 mil novos assentamentos (OLIVEIRA, 2011). Neste período, outras 231.929 famílias

foram beneficiadas com políticas de regularização, reordenação e reassentamentos fundiários (OLIVEIRA, 2011). Em abril de 2004, o MST realizou inúmeras ocupações pelo país, no que ficou chamado pelo movimento por “abril vermelho”, objetivando demonstrar para o governo Lula o descontentamento com os resultados de uma política agrária que buscava resolver os conflitos fundiários por meio da “conciliação” e do mercado e não pela desapropriação de terras improdutivas (FERNANDES, 2009b). Por conseguinte, em 2005 registrou-se no país o maior índice de conflitos agrários dos últimos 30 anos, com cerca de 1.881 conflitos no campo (SIMONETTI; CAMARGO, 2015).

A redução do número de ocupações de terras ao longo dos mandatos do Governo Lula em Goiás, conforme o Gráfico 01, demonstra sintonia com o que ocorria na escala nacional, com o arrefecimento da atuação dos movimentos socioterritoriais devido a um conjunto de fatores, dentre eles as medidas governamentais de apoio ao agronegócio. De acordo com Fernandes (2009a), neste período a ocupação de terras passou a enfrentar novas dificuldades com a territorialização da monocultura da soja em terras antes utilizadas para a criação extensiva de gado, o que deu novos contornos à questão agrária brasileira.

Soma-se a isso o refluxo dos movimentos sociais de massa, o aumento dos recursos financeiros do Governo Federal para as políticas compensatórias, como o Programa Bolsa Família, a progressiva valorização do salário mínimo e geração de emprego, as mudanças nas ações políticas do MST etc., fatores que fizeram com que muitas famílias deixassem a luta pela terra no período (OLIVEIRA, 2011; SIMONETTI; CAMARGO, 2015). Destarte, entre 2004 e 2010 o número de ocupações caiu drasticamente no país, passando de 76 mil para 16,8 mil, sendo que o número de famílias novas que foram para os acampamentos reduziu de 59 mil em 2003 para 3.579 em 2010 (OLIVEIRA, 2011).

No contexto do estado de Goiás, esta situação reproduziu-se em grande medida, pois é possível constatar que no primeiro mandato do presidente Lula, de 2003 a 2006, ocorreu uma elevação das ocupações de terras, passando de oito ocorrências em 2002 para 23 em 2003, 36 em 2004 e, daí em diante decaindo até chegar a apenas seis ocorrências nos anos de 2009 e 2010, já em seu segundo mandato. Como resultado do aumento da pressão dos movimentos socioterritoriais, num primeiro momento houve aumento na implantação de assentamentos rurais, que passou de apenas dois em 2003

para 29 em 2005 e daí em diante, se manteve estável o índice em criar em média 20 assentamentos por ano no estado, à exceção de 2008, quando foram criados apenas três, conforme se pode observar no Gráfico 03.

No segundo mandato, o governo Lula colocou em prática uma política de “contra reforma agrária”, ao não elaborar o III Plano Nacional de Reforma Agrária, o que evidenciou o seu desengajamento em realizar um plano de implantação de novos assentamentos rurais ao longo dos anos seguintes e instituir leis que fomentaram a expansão do agronegócio e beneficiaram grileiros com a regularização de terras públicas na Amazônia Legal (OLIVEIRA, 2011). Não obstante, apesar dos inúmeros avanços sociais, ao final do segundo mandato do governo Lula a estrutura agrária brasileira ainda mantinha-se praticamente inalterada, ou seja, altamente concentrada (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2013).

Prosseguindo, o governo de Dilma Rousseff (PT) manteve um discurso que objetivava erradicar a pobreza extrema e criar oportunidade para todos, assim, acreditava-se que a realização de uma política ampla e efetiva de reforma agrária seria um dos instrumentos para se alcançar este objetivo (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2013). No entanto, apesar de ter sido eleita por um partido de bases populares e historicamente apoiado pelos movimentos sociais rurais, no governo Dilma a reforma agrária foi excluída das estratégias para o enfrentamento da pobreza rural. Entre 2011 e 2015, por exemplo, foram assentadas apenas 47 mil famílias no país, quantitativo bem inferior ao observado nos quatro primeiros anos dos governos FHC e Lula. Deste modo, o governo Dilma acabou se tornando “[...] um dos piores em termos do estabelecimento de assentamentos desde a promulgação da Constituição de 1988, instrumento jurídico que imbuíu o governo federal como o responsável pelo avanço da política de reforma agrária” (FERNANDES *et al.*, 2017, p. 11).

Esquerdo; Bergamasco (2013) ressaltam que embora o Governo Dilma tenha registrado nos primeiros anos um baixo desempenho na reforma agrária, havia expectativa futura na integração dos ministérios que pudessem atuar na esfera social e econômica e manter medidas para minimizar a miséria no Brasil. O golpe de 2016 encerrou seu segundo mandato e acabou inviabilizando a implementação de políticas públicas futuras para a erradicação da pobreza.

No estado de Goiás, durante o Governo de Dilma Rousseff, as ocupações de terras pelos movimentos socioterritoriais se mantiveram com baixas ocorrências de 2011 a 2015, à exceção deste último, que registrou 19 ocorrências. Nos demais, foram seis em 2001, 15 em 2012, sete em 2013 e três em 2014, de acordo com os dados no Gráfico 01. Como reflexo direto desse processo, diminuiu-se também a implementação de assentamentos rurais no estado, sendo criados apenas dois em 2011, quatro em 2012, 2013 e 2015, intercalando com a implantação de cinco em 2014, conforme os dados no Gráfico 03.

A não realização de uma ampla e efetiva reforma agrária pelos dois governos Lula e pelo primeiro governo Dilma e a execução de políticas de forte estímulo à agricultura capitalista tiveram como um dos principais resultados o aumento dos casos de conflitos no campo, sendo que entre 2003 e 2014 registrou-se a maior quantidade de conflitos ocorridos no país nos entre 1985 e 2014, cerca de 17.386, o que equivaleu a 59% dos quase 30 mil conflitos registrados nestes trinta anos (SIMONETTI; CAMARGO, 2015).

Com o Golpe midiático parlamentar judiciário em 2016, assumiu o vice presidente Michel Temer (MDB), que desestruturou as poucas políticas públicas existentes de desenvolvimento agrário e rural, entre elas: drástica redução de ações realizadas na área de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e alterações em leis essenciais na condução da política agrária. Com a justificativa de cortes orçamentários, o governo golpista objetivou não atender os interesses dos diversos grupos sociais do campo (MATTEI, 2018). Por conseguinte, entre 2016 e 2018 foram criados e reconhecidos apenas 136 assentamentos no país (FERNANDES *et al.*, 2017). Nas palavras de Fernandes *et al.* (2017, p. 16):

A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA deixa clara a postura elitista representada pelo atual governo golpista, visto que o MDA se caracterizava pela promoção de políticas públicas voltadas aos camponeses e aos movimentos socioterritoriais, o que contribuía para a tentativa da diminuição das desigualdades sociais expressas nos espaços rurais deste país. A extinção do MDA reforça o posicionamento do governo golpista na escolha de qual modelo de produção de alimentos deve ser priorizado para o deslocamento de políticas públicas no Brasil: o agronegócio.

Na escala do estado de Goiás, durante o Governo Temer, as ocupações de terras pelos movimentos socioterritoriais diminuíram de 19 ocorrências em 2015 no Governo Dilma para apenas oito em 2016 e a mesma quantidade em 2017. Em 2018 esse número caiu para apenas um. No mesmo sentido, a criação de Projetos de assentamentos rurais

também decaiu no período. Em 2016 foram dois e, em 2017, cinco projetos de assentamentos rurais criados. Em 2018 não houve nenhum projeto de assentamento criado, denotando assim um enorme retrocesso à política de criação de assentamentos rurais.

Em 2018 foi eleito para a Presidência da República Jair Bolsonaro, que adota uma postura alinhada à ideologia de extrema direita, que executa uma política econômica ultra neoliberal, mas apresenta novas características que divergem dos governos neoliberais e pós-neoliberais, por isso caracterizando-se, como definem Fernandes *et al.* (2020) com base em Traverso (2019), como um governo de natureza pós-fascista, que estimula a violência armada contra a diversidade de sujeitos que lutam pela terra (indígenas, quilombolas e camponeses), expressa manifestações de ódio contra a esquerda e emite declarações preconceituosas contra as diversas identidades e expressões de gêneros (FERNANDES *et al.*, 2020).

Em seu primeiro ano de mandato, Bolsonaro nomeou um ex-líder da União Democrática Ruralista (UDR), uma organização criada nos anos 1980 em defesa do latifúndio e para o enfrentamento (inclusive com o uso de armas de fogo e milícias rurais) aos movimentos sociais no campo, para a então criada Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (FERNANDES *et al.*, 2020). Cumprindo uma de suas promessas de campanha, nenhum assentamento foi criado neste ano e tampouco houve ações de desapropriação para fins de reforma agrária.

Ademais, iniciou-se um processo de ataque às instituições e políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à reforma agrária, tendo como destaque o desmantelamento do INCRA, a extinção da Secretaria Especial de Agricultura Familiar, a instituição de medidas visando dificultar o acesso à aposentadoria rural, a aprovação da Lei N. 13.715/2019 que amplia o armamento rural etc.

O discurso de ódio e as ações realizadas pelo governo Bolsonaro também reverberaram em mais violência no campo brasileiro no ano de 2019, com a ocorrência de inúmeros casos de despejos com uso da força policial, invasões de terras e assassinatos de camponeses, indígenas e quilombolas (FERNANDES *et al.*, 2020).

Isso tem se refletido também nos dados para o estado de Goiás, que no ano de 2019, primeiro da gestão na era do Governo Bolsonaro, ocorreu apenas uma ocupação de terra e nenhum projeto de assentamento rural foi criado. Tal fato denota um alinhamento

total com os grandes proprietários rurais e com os demais agentes do agronegócio, como bancos e grandes empresas de variados setores em detrimento da agricultura familiar camponesa, contribuindo para a manutenção e até mesmo agravamento da concentração da propriedade da terra.

Compreende-se, portanto, que nos governos neoliberais de FHC e Temer, pós-neoliberais de Lula e Dilma e pós-fascista de Bolsonaro, manteve-se a extrema concentração fundiária no país, uma vez que as políticas de criação de assentamentos rurais implementadas nas últimas décadas não se constituíram enquanto um projeto estratégico de superação das desigualdades sociais e dos usos predatórios dos recursos naturais, mas sim enquanto políticas de fortalecimento do agronegócio produtor de *commodities* para exportação. Em síntese, como afirmam Fernandes *et al.* (2017, p. 3):

Estes dados corroboram que os governos neoliberais e pós-neoliberais, em alianças políticas com o binômio latifúndio – agronegócio, fortalecem o modelo hegemônico de desenvolvimento agroextrativista mantendo o Brasil em uma posição subalterna na divisão da produção de *commodities* em escala mundial.

Denota-se que a política de implantação de assentamentos rurais é alavancada pela pressão dos movimentos socioterritoriais, pois nos dados para o estado de Goiás isso ficou bastante nítido entre o ritmo das ocupações de terras e a criação de projetos de assentamentos rurais. Além disso, mesmo nos governos que efetuaram maior número de assentamentos rurais, a política de apoio ao agronegócio sempre se manteve intocada, tanto na escala nacional, quanto na escala do estado de Goiás.

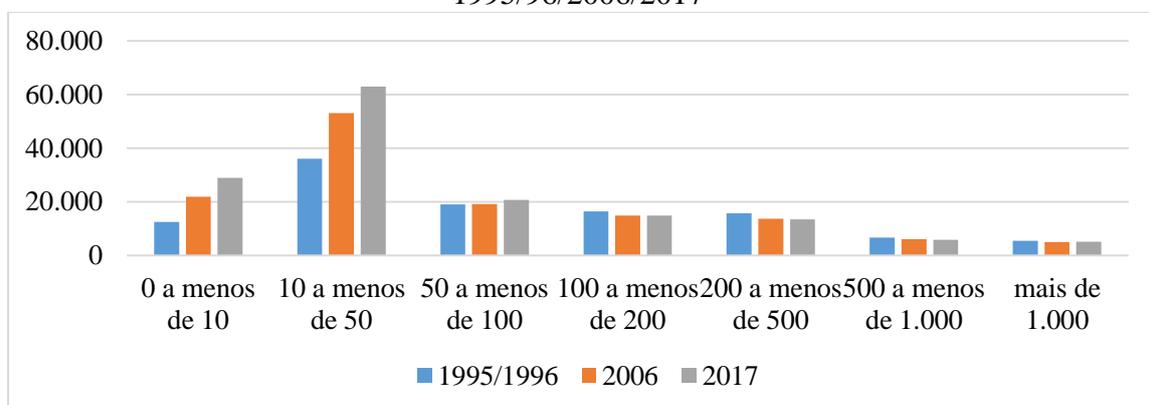
Estrutura fundiária no estado de Goiás

Considerando que no estado de Goiás existe uma variedade muito elevada de situações acerca do módulo rural definido pelo INCRA para os municípios goianos, de modo que há municípios como Caiapônia em que este está definido em 60 hectares e em Jataí onde este é de 40 hectares e, diante dos dados oficiais disponíveis do IBGE, adotou-se o critério de definir como pequeno estabelecimento aqueles com extensão de até 200 hectares. Lembrando que o INCRA considera como agricultura familiar a propriedade com até 4 módulos rurais. Neste caso, em Caiapônia seria de até 240 hectares e em Jataí de 160 hectares.

A partir da análise dos dados do Censo Agropecuário de 1995/96 para o estado de Goiás, constatou-se que as unidades familiares com até 200 hectares perfaziam 75,13% (83.981) do total de estabelecimentos agropecuários goianos e ocupavam somente 17,65% (4.848.241,325 hectares) da área total. Aqueles situados entre 200 e 1.000 hectares eram 19,99% (22.346) e ocupavam 35,15% (9.657.727,103 hectares) da área total. Já os estabelecimentos com 1.000 ou mais hectares eram 4,86% (5.437) e ocupavam 47,20% (12.966.497,429) da área total, ou seja, a maior parte das terras. Estes dados demonstram de forma inequívoca a concentração da propriedade da terra, em que a maior parte de pequenos estabelecimentos rurais ocupa a menor parcela da área, enquanto poucos estabelecimentos ocupam a maior parte das terras.

Para o ano de 2006, os dados do Censo Agropecuário do IBGE continuaram indicando elevada concentração da propriedade da terra no estado. Os estabelecimentos com até 200 hectares representavam 80,25% (108.891) do total de estabelecimentos agropecuários em Goiás e ocupavam 19,41% (5.071.999,000 hectares) da área total. É possível notar que neste período de dez anos, este estrato de estabelecimentos aumentou tanto em número quanto em área no estado, passando de 83.981 estabelecimentos em 1995/96 para 108.891 em 2006, ou seja, uma variação positiva de 29,66%. Já em termos de área, houve aumento, porém, não se deu na mesma proporção, já que se passou de 4.848.241,325 hectares em 1995/96 para 5.071.999,000 hectares em 2006, havendo um crescimento de 4,61% e, portanto, relativamente menor que o aumento que houve no número de estabelecimentos.

Gráfico 05 – Número dos estabelecimentos agropecuários no estado de Goiás –
1995/96/2006/2017

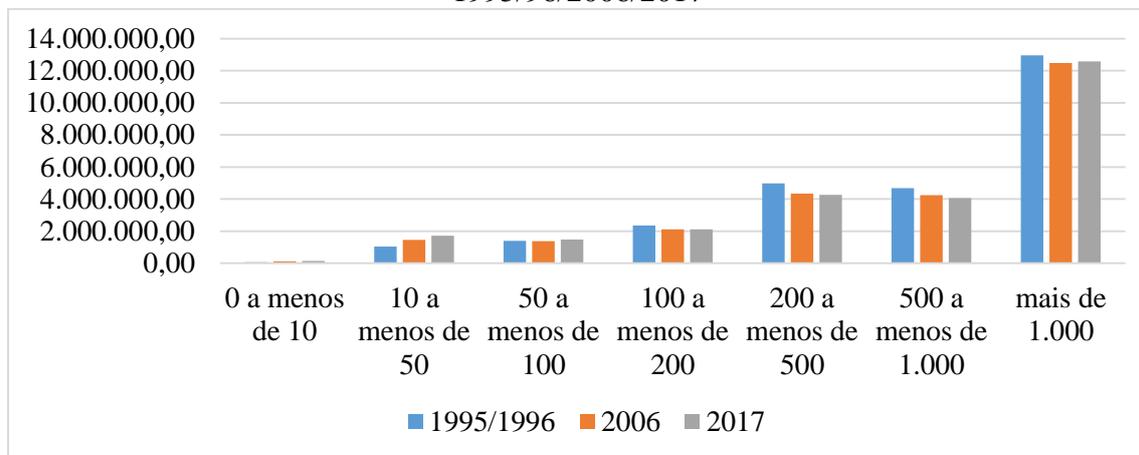


Fonte: Censos Agropecuários do IBGE – 1995/96/2006/2017. Org. FRANÇOZI, M. P.

Este aumento, tanto em número de estabelecimentos quanto em área, pode ser observado nos Gráficos 05 e 06. Cumpre ressaltar que dentre estes estratos, o único que diminuiu em número e área foi situado entre 100 e 200 hectares.

No estrato entre 200 e 1.000 hectares ocorreu uma diminuição do número de estabelecimentos entre 1995/96 e 2006. Passou-se de 22.346 estabelecimentos agropecuários para 19.687, portanto, um decréscimo de 11,89%. Em termos de área, ocorreu uma redução de 11,14%, passando de 9.657.727,103 hectares para 8.581.306 hectares em 2006. No estrato acima de 1.000 hectares ocorreu uma leve redução tanto em número de estabelecimentos quanto em área para o período, da ordem de 8,01% e 3,73%, respectivamente. Assim, em 2006, o estrato entre 200 e 1.000 hectares representava 19,99% do número de estabelecimentos e 35,15% da área total. Já aqueles acima de 1.000 hectares eram 3,68% do número e 47,76% da área total.

Gráfico 06 – Área dos estabelecimentos agropecuários no estado de Goiás – 1995/96/2006/2017



Fonte: Censos Agropecuários do IBGE – 1995/96/2006/2017. Org. FRANÇOZI, M. P.

Em 2017 os dados do IBGE indicam que o estrato de até 200 hectares continuou crescendo em número de estabelecimentos e também em área. O número de estabelecimentos era de 127.487 unidades, os quais representavam 83,84% do total absoluto e em área era de 5.457.097 hectares, que representava 20,70% da área total. Portanto, em relação a 2006, houve aumento de 17,07% no número de estabelecimentos e, tendo como base o ano de 1995/96, o crescimento foi de 51,80%. Em termos de área

ocorreu uma elevação da ordem de 7,60% em relação a 2006 e de 12,55% tendo como referência 1995/96.

O estrato de 200 a 500 hectares apresentava 12,61% do número de estabelecimentos agropecuários, ou 19.687 estabelecimentos e, em termos de área ocupava 8.333.832 hectares, que perfaziam 31,61% do total. No que concerne ao número de estabelecimentos, este estrato perdeu 2,55% em relação à 2006 e 14,15% com base em 1995/96. Em relação à área ocorreu um decréscimo de 2,90% em comparação com 2006 e de 13,70% com 1995/96.

Os grandes estabelecimentos, aqueles com mais de 1.000 hectares, por sua vez, eram 5.123 em 2017, ou seja, 3,37% do total absoluto. Porém, ocupavam 12.571.972 hectares, que representavam 47,69% da área total. Em comparação a 2006, houve um aumento do número de estabelecimentos da ordem de 2,44%, porém, tendo por base 1995/96 ocorreu uma diminuição de 5,77%. Em relação à área, este estrato apresentou um leve crescimento em comparação a 2006 de 0,71%, no entanto, quando se leva em conta os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, houve uma diminuição de 3,04% na área.

Infere-se que os aumentos dos estratos que vão até 100 hectares, conforme se observa nos Gráficos 05 e 06, tanto em termos absolutos quanto relativos e também tanto em número de estabelecimentos quanto em área, se deve às políticas de criação de projetos de assentamentos rurais, que foram mais intensas nos anos 1990 e 2000, sobretudo nos governos de FHC e Lula, porém, com menor intensidade a partir do governo Dilma e Temer, chegando a nenhum projeto de assentamentos com o governo Bolsonaro. Apesar do aumento em número e área dos pequenos estabelecimentos rurais e da diminuição em número e área dos grandes estabelecimentos, isso gerou ínfimas mudanças na estrutura fundiária do estado de Goiás, que ainda permanece concentrada. Portanto, não obstante toda luta e os grandes esforços dos movimentos socioterritoriais e das conquistas daí geradas, pouca coisa de fato mudou, visto que não houve a realização de uma Reforma Agrária no estado, pois os dados demonstram que não ocorreu uma mudança estrutural na propriedade da terra.

Considerações Finais

A realização deste estudo demonstrou que o estado de Goiás sempre apresentou elevada concentração da propriedade da terra. Simultaneamente e contraditoriamente a isso, emergiram movimentos de resistência e luta pela terra ao longo da história no território goiano e que, de certa forma, perduram até hoje.

A partir dos anos 1970 a porção centro sul do estado passou a sofrer de forma bem intensa a expansão do capital no campo, a partir do crescimento do cultivo de grãos, no caso soja e milho, de forma empresarial-capitalista, ou sejam em grandes propriedades rurais, com intensa mecanização e utilizando trabalho assalariado. A estrutura da propriedade da terra, que já era concentrada no estado, em alguns casos se acentuou, ao mesmo tempo em que contribuiu para reduzir as relações de trabalho não capitalistas existentes no estado, como parceria, meação, dentre outras.

Isso fez com que ocorresse expropriação de muitos camponeses e expulsão da terra de muitos trabalhadores rurais, além da resistência de indígenas e quilombolas. A partir dos anos 1980 e 1990, contraditoriamente, ocorreu um aumento na formação de movimentos socioterritoriais de luta pela terra no estado de Goiás, que como se viu, ocorreu em todo o estado, ocasionando ocupações de terras, sobretudo nos anos 1990 e 2000. Como resposta direta à esta crescente tensão social, o Governo FHC em seu primeiro mandato (1995-1998) passou a aumentar a implantação de projetos de assentamentos rurais no país e também no estado de Goiás como forma de aliviar esta pressão. Já em seu segundo mandato (1999-2002), ele passou a diminuir a implementação de projetos de assentamentos rurais e a endurecer a repressão policial contra os movimentos socioterritoriais.

O Governo FHC também ficou marcado por ter aprofundado as principais políticas de cunho neoliberal no país, com privatizações, abertura comercial externa, desregulamentações e outras medidas que elevaram o desemprego e a pobreza no país. Tais medidas também alcançaram o setor agrícola e deram impulso à valorização cada vez maior do denominado agronegócio, ao direcionar ações do Estado brasileiro e em estimular e apoiar a produção empresarial capitalista no campo em grande escala e destinada sobretudo à exportação.

Apesar da chegada ao poder em 2003 do governo Lula com um perfil trabalhista e de esquerda, o apoio do Estado ao estímulo da produção empresarial capitalista no campo brasileiro se manteve e até intensificou, amparada numa concepção baseada na “lei das vantagens comparativas”, em que o Brasil “deve aproveitar a grande disponibilidade de solos, águas e a eficiência na produção agropecuária”, o que tem levado o país a se especializar na produção de *commodities* agrícolas, em que a crescente demanda chinesa por *commodities* também contribuiu, de certo modo, neste processo nos anos 2000.

O governo Lula manteve intocada a política neoliberal, porém, buscou timidamente reativar a atuação do Estado brasileiro em alguns pontos da economia visando fortalecer algumas políticas sociais, o que contribuiu para a geração de empregos e no aumento real do salário mínimo, além de ampliar as políticas compensatórias como o Bolsa Família, que inegavelmente trouxeram benefícios à classe trabalhadora. No campo fortaleceu algumas políticas já existentes, como o PRONAF e o PNAE e criou outras como o PAA, os Territórios da Cidadania e o PNPB que tinham como alvo a agricultura familiar camponesa, sem, contudo, deixar de estimular a fortalecer a expansão capitalista empresarial no campo. Esse conjunto de fatores resultou numa desarticulação e esvaziamento dos movimentos socioterritoriais, que passaram a ser menos atuantes, inclusive no estado de Goiás, conforme os dados que apresentamos de redução das ocupações de terras. Ao mesmo tempo, gradativamente reduziu-se a implantação de projetos de assentamentos rurais no país e no estado de Goiás.

As contradições geradas pelo governo petista, que de um lado apoiava fortemente a expansão da agricultura empresarial capitalista e, de outro, buscava apoiar a agricultura familiar camponesa, se acirraram a tal ponto que culminaram no golpe parlamentar midiático judiciário de 2016, em que a então presidenta Dilma Rousseff foi deposta do cargo e assumiu o vice Michel Temer. A partir daí, cada vez mais, se intensificou a repressão aos movimentos socioterritoriais e a política de criação de assentamentos rurais foi paralisada, sobretudo com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder em 2019.

Apesar de toda luta dos movimentos socioterritoriais, a estrutura da propriedade da terra no estado permanece concentrada, mesmo com os Projetos de Assentamentos que foram criados. É preciso valorizar as conquistas dos movimentos socioterritoriais, porém,

as transformações geradas na estrutura fundiária do estado foram bem limitadas, de modo que não ocorreu uma mudança estrutural na mesma.

Atualmente os desafios são enormes, pois a política de criação de projetos de assentamentos rurais está paralisada e o Estado brasileiro vem apoiando de modo irrestrito a expansão da agricultura empresarial capitalista e da grande propriedade rural. Os movimentos socioterritoriais continuam presentes, porém, vêm sofrendo com a repressão violenta de um governo inspirado no fascismo, o que tem trazido severos prejuízos na esfera social, econômica e ambiental para o país.

REFERÊNCIAS

- BOITO JR., A.; BERRINGER, T. Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba-PR, v. 21, n. 47, p. 31-38, set. 2013.
- CALAÇA, M. A Expansão do agronegócio em Goiás e a subordinação do campesinato. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7. 2014. Vitória-ES. **Anais [...]**, Vitória-ES, p. 1-11, 2014.
- CASTILLO, R. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma Cerrado. **GEOgraphia**, Niterói-RJ, v. 17, n. 35, 2015, p. 95-119, 2015.
- CLEMENTE, E. C.; CLEPS JÚNIOR, J. Considerações acerca da expansão geográfica do capital e a luta pela terra na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás. **Revista NERA**, Presidente Prudente-SP, v. 23, n. 53, p. 288-314, mai. ago. 2020.
- COELHO, F. Reforma agrária no Governo FHC: perfil, tensões, número de famílias assentadas e áreas obtidas. **Diálogos**, v. 20, n. 2, p. 179-192, dez. 2016.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo**. Disponível em: www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-baluino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc. Acesso em: 10 jun. 2020.
- ESQUERDO, V. S.; BERGAMASCO, S. M. Balanço sobre a reforma agrária brasileira nas duas últimas décadas. **Interciencia**, Caracas, Venezuela, v. 38, n. 8, p. 563-569, ago. 2013.
- ESTÁCIO, F. S. **MST e suas ações de luta pela terra no estado de Goiás**. 99 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, 2018.

FELICIANO, C. A. A prática da violência no campo brasileiro no século XXI. In: RAMOS FILHO, E. S.; MITIDIERO JÚNIOR., M. A.; SANTOS, L. R. S. (orgs.). **Questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo-SP: Outras Expressões, 2016. p. 81-100.

FERNANDES, B. M. Reforma agrária no governo Cardoso e no governo Lula: desafios da geografia agrária. In: MEDEIROS, R. M. V.; FALCADE, I. (orgs.). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2009a. p. 171-188.

FERNANDES, B. M. Políticas de assentamentos rurais e luta do MST pela terra. In: MEDEIROS, R. M. V.; FALCADE, I. (orgs.). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2009b.

FERNANDES, B. M.; MENEGUETTE, A.; LEAL, M. G.; FAGUNDES, D. C. Insertion socio-politique et criminalisation de la lutte pour la terre : occupations de terre et assentamentos ruraux dans le Pontal do Paranapanema, São Paulo, Brésil. **Cahiers du Brésil Contemporain**, La Riche, França, n. 51-52, p. 71-94, 2003.

FERNANDES, B. M.; COCA, E. L. de F.; VINHA, J. F. de S. C.; CLEPS JÚNIOR, J.; DANTAS, J. C.; SOBREIRO FILHO, J. A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil. **Boletim DATALUTA**, n. 109, jan. 2017.

FERNANDES, B. M.; CLEPS JÚNIOR, J.; SOBREIRO FILHO, J.; LEITE, A. Z.; SODRÉ, R. B. A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro. **Boletim DATALUTA**, n. 145, jan. 2020.

FERNANDES, B. M. Reforma agrária e educação do campo no governo Lula. **Campo Território**, Uberlândia-MG, v. 7, n. 14, p. 1-23, ago. 2012.

FERREIRA, I. M.; MENDES, E. de P. P.. A organização do espaço agrário em Goiás: povoamento e colonização (do século XVIII ao XX). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19. 2009. São Paulo-SP. **Anais [...]**, São Paulo-SP, p. 1-27, 2009.

HESPANHOL, A. N. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente-SP, v. 22, p. 7-26, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Relatório de Assentamentos rurais do Estado de Goiás**. Superintendência Regional Goiás – SR4. Goiânia. 2017. Disponível em: <<https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dosassentamentos-no-estado-de-goias>>. Acesso em 30/02/2020.

MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do Governo Temer. **Revista Okara: Geografia em debate**, João Pessoa-PB, v. 12, n. 2, p. 293-307, 2018.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Presidente Prudente-SP, 2004.

OLIVEIRA, A. R.; FERREIRA, L. C. G.; GARVEY, B. A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro. **Revista NERA**, Presidente Prudente-SP, v. 21, n. 43, p. 79-100, 2018.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: USP/FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, A. U. Não reforma agrária e contra reforma agrária no Brasil do governo Lula. EGAL - ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 13. 2011. Costa Rica. **Anais [...]**, Costa Rica, p. 1-19, 2011.

PESSOA, J. M. **A revanche camponesa: cotidiano e história em assentamentos de Goiás**. 325f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1997.

PIRES, M. J. S. As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura fundiária nas regiões do estado de Goiás. **Revista de Economia da UEG**, Anápolis-GO, v. 05, n. 02, p. 70- 91, jul. Dez., 2009.

SAUER, S.; MÉSZÁROS, G. The political economy of land struggle in Brazil under Workers' Party governments. **Journal of Agrarin Change**, v. 2017, p. 397-414, abr. 2017.

SIMONETTI, M. C. L.; CAMARGO, A. Geografia dos conflitos e violência no campo: os dados dos governos do Partido dos Trabalhadores. In: SIMONETTI, M. C. L. (org.). **Territórios, movimentos sociais e políticas de reforma agrária no Brasil**. Marília-SP: Oficina Universitária; São Paulo-SP: Cultura Acadêmica, 2015. p. 97-121.

SOBREIRO FILHO, J.; GIRADI, E. P. (coord.). **Relatório DATALUTA Brasil**. Presidente Prudente: NERA, 2019.

TRAVERSO, E. **The new faces of fascism: populism and the far right**. London: Verso, 2019.

Recebido em 26/08/2020. Aceito para publicação em 20/04/2021.
--